

Remédios: laboratórios querem reajuste para evitar prejuízos

**DIA
NACIONAL
DA
SAÚDE**

SÃO PAULO (O GLOBO) — Quanto custa ficar doente no Brasil? Certamente, para a grande maioria da população, o custo não é baixo, mesmo quando as consultas médicas são custeadas por convênios ou pelo seguro social do Governo. Se o médico nada cobra, nem sempre os medicamentos são grátis e a receita normalmente pesa bastante no bolso do consumidor comum. Mas se a população não considera baratos os medicamentos, a indústria farmacêutica poderia ser acusada de cobrar preços excessivamente altos?

A resposta, segundo dirigentes de empresas produtoras de medicamentos, poderá ser encontrada na análise dos balanços de grande parte dos laboratórios farmacêuticos: em vez de lucros exorbitantes, a baixa rentabilidade, quando não o prejuízo. Em 1977, afirmam setores da indústria farmacêutica, muitas das grandes empresas produtoras de medicamentos no Brasil "operaram em vermelho". Em termos econômicos, explicam, o ano de 1977 significou para muitos dos grandes laboratórios "que a curva de custos se cruzou com a curva dos preços", resultando em prejuízos operacionais.

No entanto, a população se queixa de que os remédios custam caro, ao mesmo tempo em que os laboratórios acusam o CIP de ignorar as necessidades econômicas da indústria farmacêutica nacional (em sua grande parte, controlada por multinacionais) e de fixar aumentos de preços muito acima das necessidades, com base em critérios políticos. E enquanto a população apenas sabe, pela prática diária das contenções de despesas, que seu poder aquisitivo diminui diante da alta generalizada de preços, a indústria farmacêutica prova, em relatórios técnicos elaborados cuidadosamente, que: 1) principalmente nos últimos oito anos, os aumentos de preço autorizados pelo CIP não acompanharam o aumento dos custos da indústria farmacêutica, o que significa progressiva queda na rentabilidade; 2) que os medicamentos foram dos itens que menos contribuíram para a elevação do índice dos custos de vida nos últimos anos; 3) que muitos laboratórios que fizeram investimentos recentemente, ampliando sua capacidade para produzir medicamentos, sofreram grandes prejuízos no ano passado.

A arbitragem dessa disputa entre a capacidade aquisitiva da população e as necessidades reais de remuneração das empresas produtoras de medicamentos (à parte a agressiva polêmica de bastidores sobre desnacionalização, nacionalização e estatização do setor) ficará, evidentemente, a cargo do Governo, que fixa os reajustes de salários para os trabalhadores e de preços para algumas empresas.

Revogar em parte a lei da oferta e da procura em vista do interesse social de algumas áreas da economia — afirma um dirigente de

laboratório farmacêutico — seria até justificado, num país em desenvolvimento como o Brasil, o que não é justificável é desconhecer uma realidade concreta de custos, matéria provada e comprovada por estudos altamente técnicos e insuspeitos.

A solução do problema não parece simples, segundo a opinião de vários empresários da área farmacêutica:

— O problema é que os nossos reajustes de preços se distanciaram tanto da inflação, mesmo dos índices oficialmente reconhecidos — afirma um empresário —, que agora um argumentozinho não vai resolver o problema da indústria farmacêutica. Precisamos de um aumento que recomponha nossa perda de rentabilidade nesses anos todos.

O CIP já deveria ter julgado na semana passada um aumento para o setor, mas alguém pediu vistas do processo, o que significa que o assunto será protelado mais um pouco.

EMPRESÁRIOS DO SETOR ACHAM QUE O REAJUSTE DEVE VIR JÁ

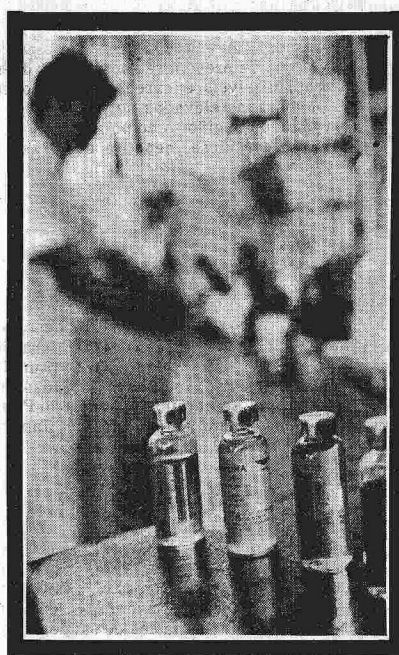
Um dos laboratórios que apresentaram prejuízo no ano passado foi o Boehringer and Cia. Ltda, filial brasileira de uma grande indústria farmacêutica alemã. Peter Battlehner, diretor da companhia, é muito cauteloso quando trata do problema, mas não esconde o descontentamento com a política de preços adotada para a indústria farmacêutica.

Embora não queira dizer a quanto chegou o prejuízo de seu laboratório ano passado, afirma que "ele é real e está documentado em balanço, embora como empresa limitada não seja obrigada a publicar esse balanço". Mas, garante, "o prejuízo é real, existe, e pode ser comprovado".

Battlehner reconhece que o problema da fixação de preços para a indústria farmacêutica é delicado, mas sugere duas soluções para contornar o atual impasse:

O Governo poderia adotar para o Brasil o sistema empregado pela maioria dos países capitalistas da Europa, nos quais o medicamento está incluído nos seguros de saúde.

Uma fórmula que, segundo ele, já começaria a ser implantada também nos Estados Unidos.



Remédios: produtor e consumidor descontentes

Outra solução — continua — seria o Governo escolher quais os medicamentos necessários para o atendimento das classes sociais sem poder aquisitivo e encomendar esses medicamentos em grande quantidade aos laboratórios, que, em vista da garantia de produção, poderiam fabricá-los a preços mais econômicos. E os medicamentos não incluídos nessa categoria teriam então seus preços liberados.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica — Abifarma —, entidade que representa as indústrias de medicamentos no Brasil, as empresas do setor farmacêutico não se apresentam como as de maior lucratividade entre as grandes sociedades anônimas brasileiras:

— O total de lucros auferidos por 59 empresas pesquisadas em 77/78, e que representam um total de 70 por cento das vendas de medicamentos no Brasil, foi de cerca de Cr\$ 291 milhões em 1976, contra Cr\$ 136 milhões em 1974, em termos nominais.

Em termos reais, descontada a desvalorização da moeda, 1976 registrou lucros de Cr\$ 427 milhões, contra Cr\$ 379 milhões em 1974.

Ainda segundo a Abifarma, apesar da expansão, "a lucratividade, quando medida em relação ao valor das vendas, apresenta taxas inferiores às que prevaleçam para outras organizações de grande porte". A lucratividade sobre as vendas apresenta os seguintes índices, de acordo com a entidade: 2,96 por cento em 1974; 4,40 por cento em 1975, e 3,02 por cento em 1976. Num documento intitulado "qual o lucro do medicamento?", a Abifarma mostra quanto, em média, deixa de lucro para o fabricante um medicamento que custa Cr\$ 138 na farmácia.

Desse total, explica a Abifarma, Cr\$ 38 são o lucro do farmacêutico, pois esse é o percentual que ganha em um medicamento que compra por 100 cruzeiros à fábrica. Desse Cr\$ 100 recebidos pelo laboratório, Cr\$ 20 a Cr\$ 23 representam custos com matéria-prima e material de embalagem; Cr\$ 24 a Cr\$ 27 representam custos com pessoal; Cr\$ 14 a Cr\$ 16 representam custos diversos (aluguéis, imposto predial, manutenção, água, luz, óleo, telefone etc.); Cr\$ 5 a Cr\$ 6 representam os custos com propaganda; Cr\$ 11 representam custos de venda (perdas de produção, embalagem, reembalagem, etiquetagem); Cr\$ 16 se referem a deduções de IPI, ICM, PIS, devoluções e descontos; e, finalmente, os Cr\$ 5 ou Cr\$ 6 restantes representam o lucro do fabricante.

O consumo de medicamentos per capita no Brasil é relativamente pequeno. Com um índice de US\$ 13,66 por habitante — o 17º do mundo —, o consumo per capita brasileiro é maior que o do México, Irã e Índia, mas inferior ao da Venezuela (US\$ 26,69), Argentina (US\$ 37,32) e Espanha (US\$ 41,28). Pela ordem, o maior consumo per capita de medicamentos é registrado na França (US\$ 58,87), Alemanha Ocidental (US\$ 58,86) e Suíça (US\$ 57,03).

Esse indicador, tomado isoladamente, entretanto, pode se mostrar enganoso. Por ser o 17º em consumo per capita, isso não significa que se consuma pouco medicamento no Brasil. O que acontece é que o consumo está concentrado apenas em uma parcela da população. Embora o Brasil possua mais de 110 milhões de habitantes, acredita-se que um número não superior a 40 milhões teria condições de consumir medicamentos. Portanto, um número possivelmente não superior a 40 milhões de brasileiros, ao mesmo tempo em que coloca o país como o 17º em consumo per capita, paradoxalmente o torna o 6º mercado nacional em importância para a indústria farmacêutica por ordem de faturamento.

Os cinco primeiros são Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, França e Itália. Os quatro países que vêm logo após o Brasil e que completam o quadro dos dez principais mercados da indústria farmacêutica no mundo capitalista são, pela ordem, Espanha, Reino Unido, Argentina e México.

Assim, os norte-americanos, por exemplo, não são individualmente os maiores consumidores de medicamentos do mundo. No quadro dos 20 maiores em consumo per capita, ocupam um modesto 10º lugar (US\$ 36,28 por habitante), logo abaixo da Argentina (US\$ 37,32 por habitante), a nona colocada. Talvez isso se deva ao fato de que os norte-americanos distribuem mais igualmente os medicamentos entre as diversas camadas sociais. No entanto, em termos econômicos, os Estados Unidos constituem o principal mercado para medicamentos no mundo e possuem a mais poderosa indústria farmacêutica. As indústrias de medicamentos nos Estados Unidos comercializam cem mil tipos de produtos ou especialidades farmacêuticas e faturaram no ano passado US\$ 7,8 bilhões. As indústrias sediadas no Japão comercializam 7.500 tipos de medicamentos e faturaram nesse mesmo ano US\$ 5,4 bilhões, enquanto Alemanha Ocidental — segunda do mundo em consumo per

capita e terceira como mercado — as indústrias farmacêuticas comercializam 8.230 tipos de medicamentos e faturaram US\$ 3,64 bilhões.

O Brasil comercializa 7.065 tipos de produtos farmacêuticos e a indústria faturou no ano passado Cr\$ 19,3 bilhões, ou US\$ 1,3 bilhão, o sexto faturamento mundial nesse ano. Talvez essa potencialidade do mercado brasileiro explique por que grandes laboratórios estrangeiros continuem interessados em manter suas fábricas em funcionamento no Brasil, apesar dos problemas de rentabilidade que vêm sendo reiteradamente apontados. A razão poderia ser a esperança de que em breve termine a época das "vacas magras" e o faturamento e a rentabilidade possam crescer.

No Brasil, 460 laboratórios se encarregam de produzir os 7.065 medicamentos comercializados no País. Desse total de laboratórios, de acordo com classificação da Abifarma, 63 são considerados grandes (possuem mais de 301 empregados e venderam mais de Cr\$ 35 milhões em 1975); 50 são considerados médios (possuem até 300 empregados e venderam até Cr\$ 35 milhões em 1975); e 347 são considerados pequenos (possuem até 100 empregados e venderam até Cr\$ 8,4 milhões em 1975).

O CONSUMIDOR ACHA QUE OS ATUAIS PREÇOS SÃO ONEROSOS

Segundo dados referentes ao ano de 1977, somente 20 laboratórios (os 10 maiores estrangeiros e os 10 maiores nacionais) abarcaram 36 por cento de todo o movimento do setor reunido. Além disso, de acordo com a Abifarma, as 59 maiores indústrias farmacêuticas do País controlaram em 1977 nada menos que 70, 75 por cento de todo o mercado brasileiro. A Abifarma, entretanto, garante que não há perigo de monopólio no setor:

— Um só laboratório, entre os 20 maiores, detém mais de 3 por cento do mercado global da indústria farmacêutica e esse é um indicador da impossibilidade de monopólio no setor.

No Brasil, completa a Abifarma, "10 empresas detêm mais de 2 por cento, uma está entre 1 e 2 por cento e oito controlam menos de 1 por cento.

Quanto aos 347 pequenos laboratórios existentes no País, segundo a Abifarma, eles

"têm reduzido número de produtos, cuja uma publicação editada pela IMSAG, de Zurique, Suíça, metade de todo faturamento da indústria farmacêutica brasileira no período, dos quais apenas um é nacional (o Aehé, quarto colocado nas vendas do período, logo após o Roche, Suíço; o Johnson, norte-americano, e o Schering, também norte-americano).

Dos 7.065 medicamentos comercializados no Brasil, 3.496 são medicamentos originais e 3.569 são cópias ou similares. De acordo com a Abifarma, esse quadro se deve ao fato de a legislação farmacêutica brasileira consagrar o princípio da similaridade "e ao Código de Propriedade Industrial, que não reconhece o direito à patente de fórmulas e processos de fabricação de medicamentos e alimentos". Um procedimento que, segundo a Abifarma, "significa proteção ao laboratório nacional, que passa a dispor de meios para competir em igualdade de condições", uma vez que não tem condições de acompanhar o nível de pesquisas dos laboratórios estrangeiros.

Os medicamentos mais consumidos no Brasil são os antibióticos, com 14 por cento do total, contra 15 por cento de média mundial, 13 por cento de consumo nos Estados Unidos, 23 por cento no Japão e 27 por cento na Espanha. Outros medicamentos bastante consumidos são as vitaminas, com 7,8 por cento do total, contra 8 por cento de média mundial, 6 por cento nos Estados Unidos, 10 por cento no Japão e 11 por cento na Espanha. Os medicamentos cardiovasculares são menos consumidos: 4,9 por cento do total, contra 10 por cento de média mundial, 8 por cento nos Estados Unidos, 10 por cento no Japão, 7 por cento na Espanha e 15 por cento na Alemanha Ocidental, país onde a população vem decrescendo e é maior a percentagem de pessoas idosas.

De acordo com dados da Abifarma, a participação dos laboratórios de capital nacional no mercado brasileiro cresceu de 16,40 por cento em 1973 para 27,15 por cento em 1977, enquanto a participação dos estrangeiros desceu de 83,60 por cento em 73 para 72,84 em 77. Este ano, ainda de acordo com a Abifarma, de janeiro a março mais de 37 por cento das vendas de medicamentos no Brasil foram feitos por 20 laboratórios, 10 nacionais e 10 estrangeiros. A participação nesses 37 por cento ficou distribuída da seguinte forma: capital americano, 45,59 por cento; capital europeu, 28,75 por cento; e capital nacional, 27,66 por cento.

Das 2261 especialidades farmacêuticas registradas na edição 75 do compêndio médico, segundo a Abifarma, 1776 (78,11 por cento) contêm matérias-primas fabricadas no País. As restantes 495 especialidades (21,89 por cento) contêm substâncias importadas.

Esses 2261 medicamentos, ainda segundo a Abifarma, representam cerca de 40 por cento do mercado farmacêutico brasileiro e pertencem aos seguintes grupos: antibióticos, analgésicos, anti-inflamatórios, anti-reumáticos, antitussígenos e antipiréticos, colágenos e hepatoprotetores, parasitíficos, corticosteróides, antianêmicos e antiácidos.